Ao referido representante compete especialmente:

1.º Participar aos CTT e aos CTTU tudo quanto seja conveniente para a boa execução dos serviços cometidos à sua representada;

2.º Estudar com os mesmos organismos todos os assuntos referentes à interpretação do presente contrato ou suas eventuais alterações ou esclarecimentos;

3.º Responsabilizar-se perante o Governo, em nome da Companhia, por todos os actos que a mesma Companhia pratique ou autorize em contrário das disposições contratuais.

Art. 15.º Para satisfação dos encargos com os serviços de fiscalização referidos no n.º 9.º do artigo 7.º a Companhia pagará anualmente as seguintes importâncias:

a) A Administração metropolitana, 4000 francos-ouro;

b) A administração ultramarina, 2000 francos-ouro.

§ único. Estas importâncias destinam-se a remunerar os agentes nomeados para o efeito e serão pagas por trimestres às administrações respectivas.

Art. 16.º Salvo caso de força maior, a inobservância das obrigações estabelecidas no presente contrato sujeita a Companhia às multas que forem fixadas por despacho ministerial, dado sob parecer da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones ou da Direcção-Geral do Fomento do Ministério do Ultramar, conforme o caso.

A multa por cada infracção será:

a) Não inferior a 900 francos-ouro nem superior a 45 000 francos-ouro, quando a falta ocorrer na jurisdição da Administração metropolitana;

b) Não inferior a 400 francos-ouro nem superior a 20 000 francos-ouro, quando a falta ocorrer na jurisdição da Administração ultramarina.

Estas multas reverterão, conforme o caso, para a Administração metropolitana ou para a Administração ultramarina.

§ 1.º O Governo Português, depois de examinada a gravidade das faltas, poderá rescindir o presente contrato quando a acumulação das multas aplicadas em doze meses consecutivos atingir:

a) Em relação à Administração metropolitana, 100 000 francos-ouro;

b) Em relação à Administração ultramarina, 50 000 francos-ouro.

A declaração de rescisão constará de portaria dos Ministros do Ultramar e das Comunicações e terá efeito trinta dias depois da sua publicação no *Diário da Governo*.

§ 2.º A partir do trigésimo primeiro dia da data da publicação da portaria referida no parágrafo anterior a Companhia deixará de exercer a sua actividade em território português, devendo, por consequência, encerrar imediatamente as suas estações.

§ 3.º Dentro de um ano, a contar da data estabelecida para o encerramento das estações, deverá a Companhia desmontar todas as suas instalações e liquidar os respectivos serviços, sob pena de as referidas instalações reverterem para as Administrações metropolitana e ultramarina.

Art. 17.º A Companhia só poderá traspasar a terceiros as obrigações e direitos conferidos pelo presente contrato mediante prévia autorização do Governo, dada em decreto-lei.

Art. 18.º A Companhia, no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações em território português, fica, para todos os efeitos, exclusivamente sujeita às leis, regulamentos e tribunais portugueses.

Art. 19.º Todas as questões suscitadas acerca da interpretação ou execução do presente contrato serão re-

solvidas por um tribunal arbitral, que terá a seguinte constituição:

a) Dois árbitros designados pelo Governo;

b) Dois árbitros designados pela Companhia;

c) Um árbitro, que servirá de presidente e de árbitro de desempate, escolhido por acordo de ambas as partes ou, na falta de acordo, designado pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

§ 1.º O tribunal arbitral funcionará na comarca de Lisboa.

§ 2.º Os árbitros deverão ser nomeados pelas partes dentro do prazo de trinta dias, a contar da data da solicitação da arbitragem.

§ 3.º Os árbitros julgarão *ex aequo et bono* e, portanto, sem qualquer recurso.

§ 4.º As despesas efectuadas com a constituição e funcionamento do tribunal arbitral serão suportadas pela parte vencida, na proporção em que o for.

§ 5.º Nos casos omissos observar-se-ão as disposições do Código de Processo Civil relativas a tribunal arbitral.

Art. 20.º O presente contrato, depois de visado pelo Tribunal de Contas, nos termos da alínea e) do n.º 2.º do artigo 6.º do Decreto n.º 22 257, de 25 de Fevereiro de 1933, é considerado em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 1955 e é válido pelo prazo de seis anos, prorrogando-se automaticamente por períodos sucessivos de três anos, salvo denúncia de uma das partes notificada à outra parte em carta registada com aviso de recepção com a antecedência de um ano, pelo menos, do termo da sua vigência.

Art. 21.º O presente contrato revoga e substitui todos os contratos celebrados entre o Governo Português e as concessionárias que até esta data têm explorado qualquer dos cabos referidos no artigo 1.º deste contrato.

Ministérios do Ultramar e das Comunicações, 6 de Janeiro de 1956. — O Ministro do Ultramar, *Raul Jorge Rodrigues Ventura*. — O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto-Lei n.º 40 493

Tendo expirado o prazo durante o qual o Governo Português concedeu à The Western Union Telegraph Company, por contrato de 15 de Março de 1924, o direito de estabelecer e explorar dois cabos submarinos, ligando Horta a Nova Iorque e Horta a Bay Roberts, e solicitando aquela companhia a renovação da concessão, entende o Governo que o pedido é de atender, pelo que com esse objectivo se publica o presente decreto-lei, aproveitando-se a oportunidade para, de acordo com a companhia, remodelar e actualizar as cláusulas constantes do anterior contrato.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É o Governo, por intermédio do Ministro das Comunicações, autorizado a celebrar com The Western Union Telegraph Company um novo contrato de concessão dos cabos telegráficos submarinos que ligam Horta a Nova Iorque e Horta a Bay Roberts, nos termos e condições estabelecidos no anexo

ao presente decreto-lei, que baixa assinado pelo Ministro das Comunicações.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Janeiro de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Anexo ao Decreto-Lei n.º 40 493

Termo do contrato de concessão a celebrar entre o Governo Português e The Western Union Telegraph Company

Artigo 1.º Os cabos telegráficos submarinos pertencentes à The Western Union Telegraph Company, ligando Horta a Nova Iorque e Horta a Bay Roberts, bem como as instalações acessórias dos mesmos cabos e a estação existente em Horta, continuarão a trabalhar em cooperação com os serviços telegráficos dos CTT ou com os de outras concessionárias de telecomunicações para tanto devidamente autorizadas.

Art. 2.º O presente contrato não dá à Companhia qualquer exclusivo. O Governo Português reserva-se o direito de estabelecer e explorar, directamente ou mediante concessão, outros cabos submarinos ou quaisquer sistemas de telecomunicações que venham a interessar-lhe.

Art. 3.º A amarração de novos cabos submarinos ou o estabelecimento de novas instalações da Companhia em território português dependerá de prévia autorização do Governo, dada em decreto-lei, ouvida a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Art. 4.º A rede da Companhia, referida no artigo 1.º, poderá desempenhar serviços dos dois grupos seguintes:

- Grupo I — Constituído pelos telegramas originários de território português ou a este destinados.
- Grupo II — Constituído pelos restantes telegramas que utilizarem os cabos da Companhia.

§ único. A autorização referente à execução de serviços do grupo I é concedida sem prejuízo dos direitos de exclusivo usufruídos por outras concessionárias de telecomunicações e em vigor à data da assinatura do presente contrato.

Art. 5.º No exercício da sua actividade a Companhia fica sujeita a observar as leis, regulamentos e instruções do serviço telegráfico de correspondência pública, bem como as convenções, regulamentos e acordos telegráficos que Portugal tiver assinado, e a pagar aos CTT as taxas terminais e outras que lhes forem devidas.

§ 1.º As taxas a cobrar do público pelos telegramas a transmitir pela rede da Companhia serão fixadas nos termos deste artigo, não podendo exceder as que estiverem aprovadas para outras vias da mesma relação telegráfica. Estas taxas devem ser uniformes para todos os pontos da metrópole, incluindo os Açores e Madeira, que constituirão, assim, uma zona única de tarifação.

As referidas taxas serão cobradas na moeda legal portuguesa, segundo os equivalentes monetários fixados pelo Governo.

§ 2.º A unidade monetária empregada para a fixação de taxas é o franco-ouro, tal como é definido na Convenção Internacional das Telecomunicações.

§ 3.º Os telegramas da categoria «État» do Estado Português, excepto os telegramas-cartas, pagarão metade da quota-parte da taxa da palavra ordinária correspondente ao percurso que utilizarem nos cabos da Companhia.

A Companhia compromete-se a diligenciar obter igual redução nas restantes redes que intervenham nesse tráfego.

§ 4.º As relações da Companhia com o público, no que respeita ao serviço telegráfico de transmissão ou recepção, devem estabelecer-se por intermédio das estações dos CTT. Podem, porém, efectuar-se directamente ou por intermédio das estações de outras concessionárias, mediante prévia autorização do Governo.

Art. 6.º A estação da Companhia da Horta, se for autorizada a executar serviço do grupo I, deve ligar-se directamente à estação telegráfica do Estado da mesma localidade, podendo também, mediante prévia autorização do Ministro das Comunicações, ligar-se às de outras companhias concessionárias de telecomunicações.

§ 1.º Os sistemas eléctricos ou mecânicos utilizados na ligação da estação da Companhia à estação do Estado serão sempre montados e mantidos pelos CTT a expensas da Companhia.

§ 2.º As ligações da estação da Companhia às de outras companhias concessionárias serão montadas e mantidas nos termos que forem acordados entre a Companhia e aquelas concessionárias, com observância da legislação aplicável.

Art. 7.º A Companhia obriga-se a:

1.º Prestar ao Estado, directamente ou por intermédio das concessionárias referidas no artigo 1.º, toda a cooperação para a permuta do serviço telegráfico entre território português e o estrangeiro;

2.º Conservar todas as suas instalações em perfeito estado de funcionamento, introduzindo nelas os melhoramentos técnicos necessários para manter a sua eficiência;

3.º Não suspender a actividade das suas instalações, no todo ou em parte, tanto no que respeita ao serviço terminal como ao de trânsito, salvo casos de força maior devidamente comprovados e aceites pelo Governo;

4.º Participar aos CTT, no prazo de quarenta e oito horas, qualquer facto que afecte, de forma sensível, o regular escoamento do tráfego, referindo as providências adoptadas para o restabelecimento normal do serviço;

5.º Tomar as necessárias precauções para que seja mantido o sigilo telegráfico e prescrever penas adequadas para os empregados que o violarem, independentemente da categoria ou da nacionalidade dos mesmos empregados;

6.º Pagar uma anuidade fixa, a título de licença de amarração, como contrapartida do direito que lhe é concedido no artigo 1.º deste contrato;

7.º Fornecer semestralmente aos CTT uma estatística do tráfego, devidamente discriminada;

8.º Submeter a apreciação dos CTT todos os projectos de novas instalações ou de alteração substancial das existentes;

9.º Sujeitar-se à fiscalização exercida pelos agentes dos CTT sobre as instalações e o tráfego, obrigando-se, designadamente, a facilitar o acesso dos mesmos agentes a todas as instalações, a permitir o exame dos li-

vros, papéis ou outros documentos de tráfego, a facultar todos os planos, memórias descritivas, regulamentos e normas que lhe forem solicitados e a exhibir, mediante requisição escrita dos mesmos agentes, os registos de tráfego, quer do grupo I, quer do grupo II, para efeitos de conferência.

Art. 8.º Salvo o disposto no § único deste artigo, o pessoal técnico e de exploração da estação da Companhia será de nacionalidade portuguesa, devendo a concessionária promover a sua instrução.

§ único. O gerente, o chefe dos serviços electrotécnicos e o seu ajudante poderão ser estrangeiros. Em circunstâncias excepcionais, poderá o Governo, ouvido o parecer dos CTT e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, autorizar a Companhia a utilizar outro pessoal estrangeiro, pelo tempo julgado indispensável para manter as suas instalações em perfeito funcionamento.

Art. 9.º O Governo obriga-se a:

1.º Dar facilidades para a manutenção ou substituição dos cabos da Companhia dentro das águas territoriais portuguesas, de acordo com as leis e regulamentos nacionais e com os actos internacionais que tiver assinado;

2.º Proteger, na área da sua jurisdição, nos termos das leis e regulamentos em vigor, os cabos, as linhas e a estação da Companhia como se fossem propriedade do Estado e fizessem parte da rede telegráfica do serviço público;

3.º Conceder à Companhia a isenção de direitos alfandegários para os cabos submarinos, condutores terrestres, aparelhos e outros materiais técnicos destinados ao primeiro estabelecimento das suas instalações ou a ampliação das mesmas instalações, com exclusão, porém, de todo e qualquer material que se verifique poder ser fornecido pela indústria portuguesa e do que se destine à renovação do equipamento, manutenção e funcionamento das instalações;

4.º Conceder as licenças de importação do material que não possa adquirir-se em Portugal e seja necessário ao bom funcionamento das instalações, desde que o seu fornecimento seja feito, directamente, por conta da sede da Companhia;

5.º Consentir a exportação e reexportação, com isenção de direitos, do material desnecessário, feitas por conta da sede da Companhia.

Art. 10.º O Governo, nos termos das leis, convenções e regulamentos aplicáveis, reserva-se a faculdade de suspender, por tempo indeterminado, o serviço telegráfico da rede da Companhia, no todo ou em parte, e de mandar encerrar temporariamente a estação da concessionária, sempre que o interesse do Estado assim o exigir.

Art. 11.º O Governo não se responsabiliza pelos prejuízos sofridos pela Companhia na exploração da sua rede por motivo da interrupção dos serviços telegráficos públicos determinada nos termos do artigo anterior.

Art. 12.º A anuidade que a Companhia se obriga a pagar pela licença de amarração referida no n.º 6.º do artigo 7.º é de 125 000 francos-ouro (definição da Convenção Internacional das Telecomunicações).

§ 1.º O pagamento da anuidade fixada neste artigo desonera a Companhia de pagar aos CTT as taxas previstas no Regulamento Telegráfico Internacional relativas ao tráfego que transitar pelos cabos da mesma Companhia e entre estes cabos e os de outras concessionárias, excepto a Deutsche Atlantische Telegraphen Gesellschaft (DAT).

§ 2.º O pagamento desta anuidade será feito em quatro prestações iguais, vencíveis no segundo mês do respectivo trimestre.

§ 3.º A importância da anuidade fixada no corpo do presente artigo poderá ser revista:

a) No fim de cada triénio de vigência do presente contrato, a pedido de qualquer das partes, vigorando a nova importância no triénio seguinte;

b) Em qualquer altura, quando as instalações da Companhia suspenderem a actividade por período seguido superior a três meses, devido a caso de força maior comprovado e aceite, nos termos do n.º 3.º do artigo 7.º

Art. 13.º As contas relativas às taxas terminais referidas no artigo 5.º deste contrato serão elaboradas pela Companhia, de acordo com as normas estabelecidas pelos CTT. O prazo de apresentação destas contas, a sua verificação e o seu pagamento regular-se-ão pelos preceitos constantes da Convenção, regulamentos e acordos internacionais.

Art. 14.º A Companhia obriga-se a manter no continente português um representante idóneo, aceite pelo Governo, com o qual os CTT possam estar em relação directa e permanente.

Ao referido representante compete especialmente:

1.º Participar aos CTT tudo quanto seja conveniente para a boa execução dos serviços cometidos à sua representada;

2.º Estudar com os CTT todos os assuntos referentes à interpretação do presente contrato ou suas eventuais alterações ou esclarecimentos;

3.º Responsabilizar-se perante o Governo, em nome da Companhia, por todos os actos que a mesma Companhia pratique ou autorize em contrário das disposições contratuais.

Art. 15.º Para satisfação dos encargos com os serviços de fiscalização referidos no n.º 9.º do artigo 7.º, a Companhia pagará aos CTT a importância de 1500 francos-ouro anuais.

§ único. Esta importância destina-se a remunerar os agentes incumbidos da fiscalização e será paga por trimestres, conjuntamente com os pagamentos a que alude o § 2.º do artigo 12.º

Art. 16.º A inobservância das obrigações estabelecidas no presente contrato sujeita a Companhia às multas que forem fixadas em despacho ministerial, dado sob parecer dos CTT. A multa por cada falta não será inferior a 0,1 por cento, nem superior a 5 por cento do valor da anuidade estabelecida no artigo 12.º e reverterá para os CTT.

§ 1.º O Governo, examinada a gravidade das faltas, poderá rescindir o presente contrato quando a acumulação das multas aplicadas em doze meses sucessivos atingir 10 por cento da quantia referida no citado artigo 12.º A declaração de rescisão constará de portaria do Ministro das Comunicações e terá efeito trinta dias depois da sua publicação no *Diário do Governo*.

§ 2.º A partir do trigésimo primeiro dia da data da publicação da portaria referida no parágrafo anterior a Companhia deixará de exercer a sua actividade em território português, devendo, em consequência, a sua estação ser imediatamente encerrada. Neste caso a Companhia deverá desmontar todas as suas instalações e liquidar os respectivos serviços dentro do prazo de um ano, a contar da data do encerramento da estação, sob pena de aquelas instalações reverterem para os CTT.

Art. 17.º A Companhia só poderá traspasar a terceiros as obrigações e direitos conferidos pelo presente contrato, mediante prévia autorização do Governo, dada em decreto-lei.

Art. 18.º A Companhia, no exercício dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações em território português, fica, para todos os efeitos, exclusivamente sujeita às leis, regulamentos e tribunais portugueses.

Art. 19.º Todas as questões litigiosas que se suscitarem acerca da interpretação ou execução do presente contrato serão resolvidas por um tribunal arbitral constituído do modo seguinte:

a) Um magistrado designado pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que servirá de presidente e de árbitro de desempate;

b) Um árbitro designado pelo Ministro das Comunicações;

c) Um árbitro designado pela Companhia.

§ 1.º Os árbitros deverão ser nomeados pelas partes no prazo de trinta dias, a contar da data da solicitação da arbitragem.

§ 2.º Se qualquer das partes não nomear o seu árbitro dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior ou se se recusar a celebrar o compromisso arbitral dentro do prazo que for designado, considerar-se-á perdido para ela o litígio, sem qualquer recurso.

§ 3.º Os acórdãos do tribunal arbitral não são susceptíveis de recurso.

§ 4.º As despesas feitas com a constituição e o funcionamento do tribunal arbitral serão suportadas pela parte que decair, na proporção do vencido.

Art. 20.º O presente contrato, depois de visado pelo Tribunal de Contas, nos termos da alínea e) do n.º 2.º do artigo 6.º do Decreto n.º 22 257, de 25 de Fevereiro de 1933, considera-se em vigor desde 1 de Janeiro de 1955 e continua válido por doze anos, a contar desta última data, prorrogando-se automaticamente por períodos trienais sucessivos, salvo o caso de denúncia de uma das partes, com antecedência de três meses, pelo menos, do termo da sua vigência, feita mediante carta registada com aviso de recepção.

Art. 21.º O presente contrato revoga e substitui, no que respeita aos cabos que dele são objecto, as cláusulas de todos os contratos celebrados entre o Governo Português e a Companhia.

Ministério das Comunicações, 6 de Janeiro de 1956. — O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.